

“Ceará não poupará esforços corresponder confiança honrado governo”: organização, formação e estrutura dos batalhões provisórios do Ceará durante a Guerra de 1932

Raimundo Helio Lopes*

Resumo: O presente trabalho procura analisar a organização, formação e estrutura dos batalhões cearenses que atuaram na Guerra de 1932, mais conhecida como "Revolução Constitucionalista". Pesquisas recentes apontam para um forte envolvimento de toda a Nação a partir de relevantes instituições federais, como as Interventorias locais e as Forças Armadas. Sobre o Exército, é importante analisar a trajetória de destacados oficiais, assim como seu posicionamento em relação às tropas provisórias. A opção por essas forças foi cercada por discussões e alguns posicionamentos conflitantes. Do Ceará, assim, partiram seis tropas para a luta em São Paulo, sendo dois corpos oficiais do 23º Batalhão de Caçadores e quatro batalhões provisórios de caráter voluntário.

Palavras-chaves: Guerra de 1932 – tropas voluntárias – Exército

Abstract: This paper tries to analyse the organization, formation and structure of battalions cearenses who worked in War of 1932, better known as "Revolução Constitucionalista". Recent studies show a strong involvement throughout the Nation, from relevant federal institutions, like as "Interventorias" and as Armed Forces. About the Army, is important to analyse the trajectory of officers deployed, as well as their positioning in relation to provisory troops. The choice of these troops was surrounded by some discussions and conflicting positions. From Ceará, left six troops to war in São Paulo, two officers battalions of "23º Batalhão de Caçadores" and four provisional battalions of volunteer

Key-words: War of 1932 – battalions of volunteer – Army

Quando a Guerra de 1932 foi deflagrada, o presidente Getúlio Vargas mostrou grande apreensão com os rumos que a luta teria. Um ataque fulminante à Capital Federal seria um golpe dificilmente rechaçado, além das incertezas do apoio de Minas Gerais e Rio Grande do Sul ao Governo Federal. Nesse clima, o presidente registrou em seu diário pessoal o temor da derrota e chegou até a escrever uma carta comentando uma possível queda de seu governo (D'ARAÚJO, 2004: 297).

O ataque ao Rio de Janeiro não veio, mas isso não garantiu a tranquilidade do Governo Provisório. Era necessária uma estrutura forte e coesa para ganhar a luta que despontava. Góes Monteiro, militar atuante que ingressara no Exército nos primeiros anos do século XX e tornara-se forte aliado de Getúlio desde a década de 1920, foi escolhido como comandante das tropas federais, um dos grandes líderes militares que conduziriam o combate aos rebeldes.

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Dez dias depois que o movimento foi iniciado, Góes escrevia um relatório sobre as atividades bélicas e, em sua análise, a situação não era muito favorável:

A posição de São Paulo é forte, comparado a seu estado de preparação para sustentar a guerra civil com o restante do país empobrecido, sem recursos acumulados e na maioria dispersos. (...) O movimento foi preparado moral e materialmente com grande antecedência, e deflagrou de surpresa sob pretexto político que poderá ser transformado e caracterizado mais tarde na idéia de secessão. (...) A potencia militar de São Paulo resultou de uma preparação cuidadosa, parte ostensiva, parte secreta, até é escolha do momento julgado oportuno para empenhar a luta armada. O terreno, quer do ponto de vista geográfico, quer do ponto de vista topográfico e quer se considere do ponto de vista de recursos econômicos, industriais e das vias e comunicação, oferece toda espécie de vantagens aos paulistas. Os interesses nacionais sofreram pesadamente, a Nação convalescente ficou praticamente desarmada, ao rêves que São Paulo se armava consideravelmente, aumentando sua Força Pública, criando unidades irregulares, captando todos os recursos militares em pessoal e material, inclusive os disponíveis na 2ª Região Militar, que ficou contaminada pela efervescência reinante, após os actos impolíticos, incompreensíveis e ineptos do ultimo comandante da Região e dos elementos que com a sua ação se prestavam a irritar mais os ânimos. São Paulo poderá armar efetivos muito mais numerosos do que o governo, imediatamente, fabricar munições e engenhos de guerra e tudo mais quanto lhe falte, para jogar onde forem precisos. Se bem dirigidos e coordenados os esforços, aproveitando as comunicações fáceis e o terreno, os paulistas poderão pôr o governo em xeque, por largo tempo, recebendo até recursos de fora (via Mato Grosso, sobretudo aviação e armamento) para alimentar as perdas. Há pois necessidade de se fazer o máximo de sacrifício para dotar as forças unionistas de meios suficientes com que possam abordar São Paulo por todos os pontos possíveis.¹

Nas palavras do general, São Paulo possuía vantagens evidentes: além de ser o estado mais rico da federação, o processo de mobilização e envolvimento da população com os ideais de luta foi intenso e vinha se desenvolvendo desde o ano anterior; uma vantagem geográfica no campo bélico que dificultaria a ação governista; detinha uma estrutura industrial inegável que auxiliaria na produção de armamentos; uma Força Pública bem preparada, já que fora treinada pelo Exército Francês na década de 1910, antes mesmo do que o próprio Exército Nacional; e um importante contingente das Forças Armadas de seu lado, ou ao menos em seu território. Em 1926, o Exército possuía 39 mil pessoas em seu efetivo, e Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, juntos, respondiam por mais de 26 mil. Só o estado bandeirante representava 14 mil desse total (McCANN, 2007: 294).

O Governo Provisório precisaria tomar sérias medidas para combater o inimigo, e Góes apresenta ao presidente sugestões para o combate:

¹ Arquivo Getúlio Vargas, Código GV nº 1932.07.21/1. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Doravante, Cpdoc-FGV.

As previsões nesse sentido não devem ser limitadas por consideração de espécie alguma e devem encarar:

- a) a estabilidade política geral;*
- b) a campanha ante-derrotista;*
- c) a aquisição de material no estrangeiro (aviação, armamento, munição e outros recursos);*
- d) bloqueio marítimo e investimentos de fronteiras terrestres;*
- e) intervenção diplomática para evitar o contrabando bélico;*
- f) aumento do Exército, segundo um plano definitivo;*
- g) medidas de toda natureza para facilitar a execução do plano de operação estabelecido nas Diretivas gerais nº 1, de 18 do corrente.*

Um ataque geral apressado, malpreparado, poderá resultar em fracasso. O estado da tropa em geral ressentir-se de tudo quanto é próprio para uma campanha e somente ações locais, em regra, dificultadas pelo terreno, pelo mau enquadramento da tropa e outras causas psicológicas poderão, no princípio, fornecer o quadro das operações.²

Nas palavras de Góes Monteiro, o presidente necessitaria investir consideravelmente em dois pontos para que a luta fosse vencida: no equilíbrio político, amenizando as tensões que levaram à deflagração da guerra, e nas forças militares, através de um plano que deveria isolar São Paulo e fortalecer o Exército. Realmente, muitas dessas medidas foram tomadas pelo Governo Provisório, seguindo as orientações do general e de outros setores militares (HILTON, 1982). Entretanto, de todas essas, o ato que mais teve alcance no Nordeste foi o referente ao aumento das tropas federais no campo de operações.

As tropas voluntárias consistiam no grande esforço do Governo Provisório para aumentar suas forças diante do imponente inimigo e sua estrutura de guerra. Além da chegada para a luta das unidades oficiais do Exército, como foi o caso do 23º Batalhão de Caçadores (23º B.C.) do Ceará, vários interventores ofereceram batalhões provisórios para o combate, como os de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Piauí, Bahia, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (HILTON, 1982: 170-184). Todavia, pelo que se pôde perceber na documentação, a maioria partiu do Norte. O presidente comunicava, em um telegrama de 23 de julho, a Juarez Távora sobre as tropas nordestinas:

Recebi seu telegrama. Bem conheço a sua nobre dedicação de revolucionário, refletida em suas destemerosas atitudes, e sou o primeiro a exaltar colaboração militar no momento, prestada maior eficiência á nossa causa. Quanto organização forças Norte, formando Divisão sob seu comando, opina Estado Maior Exército, não permitir desenvolvimento tomaram operações semelhante enquadramento, porquanto essas forças precisam ser incorporadas, de acordo necessidades, aos diversos sectores militares em ação, como esta acontecendo tropas vindas do Sul.³

² Arquivo Getúlio Vargas, Código GV nº 1932.07.21/1. Cpdoc-FGV.

³ Arquivo Luís Vergara, Código LV nº 1932.07.12. Cpdoc-FGV.

Pelo o que se lê, Juarez Távora ofereceu ao governo sua ajuda para organizar e liderar as tropas do Nordeste, utilizando para isso seu enorme prestígio na região. Influenciado pelo Estado Maior do Exército, Vargas não apóia a idéia, pois os contingentes que estavam chegando incorporar-se-iam às tropas militares mediante a necessidade de cada uma delas. Em resposta no dia seguinte, Juarez Távora afirmava estar ciente da determinação do governo e que telegrafou para interventores do Norte informando de sua ação.⁴

A opção pelas forças provisórias tinha o apoio do Ministro do Exército, o General Espírito Santo Cardoso, mas nem todos da alta cúpula militar que estavam envolvidos na defesa do Governo Provisório concordavam com a medida. Góes Monteiro, diretamente das frentes de combate, telegrafou ao presidente comentando o assunto:

Apélo eminente Chefe e amigo para que não consinta organização tropas irregulares em Estados que não estão preparados para essa mobilização como o Rio Grande. Lembro crear unidades Exército em todos os Estados ás quais ficarão disposição interventores lançando mão oficiais efetivos, reformados e reservistas. Os comandantes do Exército poderão ser escolhidos pelos interventores, mas, de qualquer forma, serão tropas nacionalistas constituídas ás vossas ordens e dependentes do Governo Federal. Peço eminente patriota refletir consequencia preparação membros forças regionalistas em meio desorientação idéas e perturbação espíritos. Estou certo que sabeis conter tendencias irrefletidas que de bôa fé poderão transformar-se em instrumentos inconscientes do seccionismo. Em meio minhas responsabilidades, quero ter certeza que mais uma vês avisei presado amigo e Chefe, impedindo se prepare uma situação que não corresponda ás intenções do vosso patriotismo nem as grandes esperanças que nos entregamos com o proposito bem demonstrado de conserva-las intactas apesar de quais quer sacrificios.⁵

Segundo Góes Monteiro, as forças irregulares poderiam se tornar um problema para o país nesse momento conturbado que a nação atravessava. Destacando o caso gaúcho, o general era a favor de tropas compostas por oficiais, da ativa ou não, com vínculo militar e fossem diretamente subordinadas ao Exército e não às Interventorias, o que revela uma suspeita de Góes em relação a esses aliados e as forças locais. Caso o governo estimulasse a organização militar da população, treinando-a e armando-a, alguns elementos mais interessados nos poderes regionais poderiam voltar suas armas contra o próprio poder que as constituiu. Em resposta, o presidente deixava clara sua opinião sobre o caso:

Ciente vosso ultimo telegrama, que me sugere seguintes observações. No momento, combatemos um movimento rebelde com feição local e com exacerbado espirito regionalista, ameaçando a propria unidade da Patria. Ao Exército e á Marinha, como instituições genuinamentes nacionais cabe defender essa unidade, legado do

⁴ Idem.

⁵ Idem. Telegrama datado de 24 de Julho de 1932.

*esforço nossos antepassados. Por isso, encaro a contribuição que nesta hora difícil, oferecem os outros Estados, enviando as suas policcias regulares, obedecendo ao comando geral de oficiais do Exercito, como uma demonstração eloqüente de reação nacionalista, com firme propósito de manter, a qualquer preço, a integridade do Brasil. Quanto ás tropas irregulares poucas se formaram ou se estão formando, mas não têm caráter regionalista, ao contrario, anima-as um alto espirito de brasilidade e congrega-as o sentimento do perigo comum que ameaça a Patria e quase todas tem a assistência de oficiais do Exercito, se não no comando, pelo menos na instrução da tropa. Todas as forças do Exercito, das milicias regulares ou das organizações provisórias, que combatem esta explosão de orgulho regionalista, estão impregnadas e dominadas de um forte sentimento de amor ao Brasil, isentas do espirito de qualquer preponderancia regional.*⁶

Para Vargas, as tropas voluntárias não tinham o caráter regionalista como os revoltosos, mas eram motivadas pelo nacionalismo na defesa do Governo. Mesmo sendo compostas por elementos não militares, as Forças Armadas estariam presentes na organização e no treinamento dessas tropas. Demonstrando confiança no corpo militar e nos seus apoiadores, o presidente estava certo da importância e do valor dessas forças na luta. Mais do que a ratificação da organização dos batalhões voluntários junto às divergências internas do Exército, o Governo Provisório contribuiu de diversas formas para a sua efetivação.

Em circulares dirigidas aos interventores do Norte e do Nordeste, nos dias 14 e 15 de julho, o presidente informava da necessidade das forças voluntárias e da importância da incorporação de reservistas, visto a experiência prévia com o Exército. Além disso, anunciava a liberação de verbas para os batalhões através das delegacias fiscais dos estados e do Ministério da Fazenda (HILTON, 1982: 172).

O interventor cearense respondeu ao presidente, em 14 de julho, informando que:

*Acabo ser informado Ministro Aranha ordenou, delegacias Fiscais, intermedio Banco do Brasil, atender a requisição interventores. Vou providenciar urgente preparação primeiro contingente quinhentos homens qual aguardará somente ordem V. Exa. seguir defesa Revolução. Apelo V. Exa. sentido passar interventoria secretario interior cearense combater lado que, estou certo, saberão dignamente defender integridade Brasil*⁷.

Nesses termos, Carneiro de Mendonça avisava da autorização da verba e da vontade de seguir junto com as tropas para o *front* de batalhas. Em resposta, Getúlio Vargas afirmou que a permanência dele no Ceará era imprescindível, trabalhando junto ao Governo Provisório.⁸ Em outro telegrama, também na mesma data, o interventor descrevia a situação militar no Ceará e os preparativos para o embarque dos primeiros combatentes:

⁶ Idem. Telegrama datado de 25 de julho de 1932.

⁷ Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional.

⁸ Idem.

Resposta telegrama Vossencia tenho informar nenhuma tropa deste Estado embarcou até presente data. (...) 23º B.C. pronto embarcar, dispõe apenas efetivo 342 homens armados, equipados, pois somente hoje recebeu ordem abrir voluntariado preferencia reservistas. Seria grande vantagem Vossencia providenciasse autorizar comandante completar efetivo previsto regulamento nr. 5 infantaria, ficando, assim, efetivo 800 homens. Caso Vossencia determine embarque efetivo atual necessario ser ficar aqui nucleo trinta homens com dois oficiais para receber e preparar novos contingentes. Resolvendo, porem, aumentar efetivo indispensavel, desde já remessa fardamento ficando equipamento recebimento ocasião chegada Rio. Para pagamento contingentes federais faz-se mistér ordem Delegacia Fiscal aqui. Policia estadual reduzida metade efetivo após vitoria revolucionaria dispõe homens espalhados interior, indispensavel policiamento. Podemos, porém, organizar prontamente contingente 500 homens desde que haja remessa numerario para fardamentos e vencimento. Vossencia enviando 250 contos disporá facilmente auxilio povo cearense.⁹

Na explanação do interventor cearense, fica patente o reduzido número de oficiais do Exército no Ceará. Sugeriu o interventor que este contingente fosse aumentado, dentro das normas militares, para 800 pessoas. Caso não alterasse esse quadro, a própria organização dos voluntários ficaria comprometida, pois não haveria oficiais suficientes para a tarefa. A polícia local também sofria com a pouca quantidade de servidores em seu efetivo, fruto da reorganização iniciada após 1930. Além disso, revelou também a necessidade de fardamento e dinheiro para a materialização do apoio, pois sem a verba ficaria irrealizável a organização militar. Dos 250 contos pedidos, chegaram a Interventoria, no dia 25 de julho, apenas 50¹⁰, sendo assim iniciada a preparação dos batalhões provisórios no Ceará. Caso tenha chegado mais verba esta não foi notificada por ofícios da Interventoria. O volume de dinheiro gasto pelo Governo Provisório impressiona: 25% de todo o orçamento federal em 1932 foi destinado ao Exército, sem contar a Marinha, que ficou com pouco mais de 6%. Nos anos anteriores à guerra, o Exército não dispunha mais do que 13%. Nem mesmo durante a Segunda Guerra Mundial a verba específica do orçamento foi mais que um quarto para o Exército, mas o total despendido com as Forças Armadas foi superior a 35% no ano em que o Brasil entrou no conflito mundial (CARVALHO, 2005: 89).

Assim, mesmo recebendo voluntários desde o início da guerra, o 1º Batalhão Provisório foi criado oficialmente pelo decreto nº 711, de 5 de agosto e deveria ser composto por 25 oficiais e 547 praças (ESTADO DO CEARÁ, 1933: 67). O quartel ficou situado no Teatro José de Alencar, no centro da cidade, local de grande movimentação. Além das praças, a

⁹ Idem.

¹⁰ Ofício nº 914, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

tropas possuíam uma companhia de metralhadoras, que teve como encarregado da organização Gregório Bezerra. Lembra o ilustre comunista que não existiam metralhadoras no Ceará, tendo ele ministrado apenas aulas teóricas, ficando os treinos práticos e de técnicas de tiro apenas para a base militar no Rio de Janeiro (BEZERRA, 1979: 220).¹¹ Comandado por Olímpio Falconière da Cunha, Capitão do Exército e Coronel do Corpo de Segurança Pública (C.S.P.), este batalhão partiu no dia 15 de agosto.

Os 2º e 3º batalhões provisórios foram criados pelo decreto nº 736 de 29 de agosto de 1932. Eles tinham composição semelhante ao primeiro que embarcou: batalhões com 500 praças e 25 oficiais cada (ESTADO DO CEARÁ, 1933: 102). Partiram no mesmo dia, 13 de setembro, sob o comando dos Capitães do Exército e Tenentes-Coronéis do C.S.P. Heitor Cabral Ulissea e Djalma Baima, respectivamente.

As forças ficaram quarteladas, uma no Teatro José de Alencar e a outra no “antigo edifício da Escola de Aprendizes Artífices”, ambos na Praça José de Alencar. Os soldados tiveram treinamento com uma metralhadora “Horticks” e foram acompanhados de cem cavalos e muares, enviados para auxiliar na luta. Recebiam três refeições e treinamentos diários, mas essa tropa só receberia o armamento quando chegasse ao quartel na capital federal.¹²

Três dias depois do embarque do primeiro batalhão, o interventor avisa ao presidente que “preparar e exercitar pessoal quasi impossivel por terem seguido batalhão provisorio oficiais, sargentos disponiveis. 23º B/C teve ordem organizar segundo escalão efetivo determinado Estado Maior. (...) Permita V. Exa. lembre conveniencia embarque imediato referido batalhão, fim ser instruído no Rio, mais rapidez, eficiencia”.¹³ Dessa forma, sobre o embarque do 2º e 3º batalhões provisórios, Carneiro de Mendonça reafirmava a antiga advertência:

Tenho prazer informar organização 2º e 3º provisórios regularidade e possivel rapidez. Acordo instruções Ministerio Guerra, ambos terão efetivo de 500 homens. Como disponho reduzido numero oficiais e sargento, conforme instruções anteriores V. Ex., logo estejam organizados seguirão Rio fim completarem instrução campos Vila Militar para isso aparelhados. (...) Infelizmente, dado falta de instrutores, não poderão seguir condições primeiro, qual ahi chegou, quase pronto marchar front. Esteja certo V. Ex., Ceará não poupará esforços corresponder confiança honrado governo V. Ex.. Tenho prazer comunicar que voluntarios interior Estado chegam

¹¹ Em suas memórias, Gregório Bezerra afirma que fazia parte do 2º Escalão do 23º B.C., mas pela descrição de sua tropa, seus comandantes e as batalhas que esteve presente durante a guerra é possível afirmar que, na verdade, ele integrou-se ao 1º batalhão provisório do Ceará.

¹² Jornal O Povo, 08 de setembro de 1932.

¹³ Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 18 de agosto de 1932.

*diariamente Capital desejosos marchar defesa Ditadura. Logo complete efetivo 3º batalhão, darei início organização 4º.*¹⁴

Para o interventor, a organização desse batalhão teve problemas ligados à rapidez com que foi formado e à falta de pessoas especializadas para prepará-los, visto a partida de muitos destes nas primeiras forças cearenses. O treinamento parece ter sido tão escasso, que cinco dias depois desse telegrama foram embarcados juntos o 2º e 3º batalhões, algo que ainda não era vislumbrado na correspondência oficial entre os dois líderes, já que o efetivo deste último ainda não estava completo. Diferentemente do primeiro, esses batalhões ainda necessitavam de preparação antes de encararem os inimigos, o que preocupa Carneiro de Mendonça, pois adverte repetidas vezes Getúlio Vargas do pouco, ou nenhum, treinamento. Esse problema foi recorrente, e talvez não tenha sido exclusividade das forças cearenses, segundo as informações dos líderes militares que estavam nos campos de luta reclamando do constante despreparo de muitos soldados (HILTON, 1982: 137-143).

A última força provisória que partiu do Ceará, em 29 de setembro, esteve sob o comando do 1º Tenente do Exército e Capitão do C.S.P. Almério de Castro Neves e foi composta por 302 praças. Essa força não foi chamada de batalhão provisório, mas de contingente, e seu treinamento pouco repercutiu na imprensa, o que sugere uma baixa preparação.

Juntamente com os batalhões, seguiram para a luta dois escalões oficiais do 23º B.C. em primeiro de agosto e 16 de setembro, respectivamente. O primeiro deles, sob o comando do Tenente-Coronel Alcebiades Dracon Barreto, partiu com 26 oficiais, 700 praças, 18 viaturas e 70 animais¹⁵. O 2º escalão comandado pelo 2º Tenente Luis Marques de Sousa embarcou com 350 homens.¹⁶

Sobre o número de praças é importante destacar alguns pontos.¹⁷ Nenhum deles completou o número exato de oficiais a que se propunham, no caso 25. Quem mais se aproximou foi o 1º batalhão, sabidamente o melhor preparado, com 21 oficiais. Esta tropa foi a que possuiu também o maior número de praças, passando dos 500 propostos pelos decretos que os criaram. Os outros dois tinham o número de oficiais bem aquém do desejado, 13 e 11 respectivamente, e o quantidade exata de 500 praças. Sobre o último, como já foi dito, parece

¹⁴ Idem. Telegrama de 08 de setembro de 1932.

¹⁵ Jornal O Povo, 01 de Agosto de 1932.

¹⁶ Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 18 de setembro de 1932.

¹⁷ Essas informações são tiradas de Ofício nº 1334, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

ter tido um treinamento muito escasso, nem mesmo sendo definido como batalhão, mas como contingente, e não apresentava subdivisões com companhias específicas, como a de metralhadoras. Também vale destacar que apenas um oficial o liderou, sugerindo ter sido escalado mais como um responsável pelo transporte do que como o comandante das forças. Os números de praças dessas tropas somados, sem contar os oficiais, computam 1.849 soldados, mas o total de incorporados, segundo documentação oficial, foi de 2.174.

Todas essas tropas desembarcaram no Rio de Janeiro e foram para a Vila Militar da Praia Vermelha, com exceção do último contingente, pois a guerra chegou ao fim durante a sua viagem. Da Vila Militar as tropas eram encaminhadas para os campos de batalha, o que aconteceu somente com o escalão oficial do 23º B.C. e o 1º batalhão provisório, pois os dois últimos não chegaram a lutar, possivelmente fruto do despreparo anunciado pela Interventoria. Segundo informações, do dia 18 de setembro, do Q.G. de Resende, o 23º B.C. ficou integrado ao Destacamento Newton Cavalcanti.¹⁸

Inicialmente, deve ficar claro que esse quadro representa somente uma parte da divisão do Leste, importante flanco de combate federal, em um determinado momento da luta. Além desta, outras fundamentais ações dos exércitos varguistas aconteceram na Frente Sul, sob o comando do general Valdomiro Castilho de Lima. A frente Leste, liderada por Góes Monteiro, tinha outros relevantes militares que estavam à frente das operações e não somente os que aparecem como líderes destes destacamentos. Essas tropas possuíam grande mobilidade e recomposição, já que a guerra, muitas vezes, assumia rumos inesperados. O Destacamento do Tenente-Coronel Newton Cavalcanti foi criado para vencer a última grande resistência paulista no Vale do Paraíba, a cidade de Cachoeira e unificar o poder federal nessa área do combate (HILTON, 1982: 143-144). Além dessa missão, o 23º B.C. cearense esteve em combate nas cidades de Lorena, Areias, Cruzeiro, Guaratinguetá e Queluz.¹⁹

Como saldo final desses dias de luta, seis feridos e três mortos: José Bezerra de Araújo, Joaquim Gonçalves da Silva e Vicente Bezerra da Silva. Este trabalhava como “chauffeur” de praça quando alistou-se no batalhão para guerrear em São Paulo. Sua mulher recebeu da Associação dos Chauffeurs a quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Estiveram presente na entrega do pecúlio representantes da Interventoria,²⁰ ressaltando a força dessas tropas e o envolvimento de vários setores sociais, no Ceará, com a defesa do Governo Provisório.

¹⁸ Arquivo Histórico do Exército. Fundo Revolução Constitucionalista de 1932. Caixa 4.983.

¹⁹ Jornal O Povo, 19 de setembro de 1932.

²⁰ Jornal O Povo, 09 de dezembro de 1932.

A maneira como a guerra foi encarada, o alistamento voluntário de vários sujeitos com experiências sociais distintas, além das intensas campanhas de legitimação, são um modo de perceber como o Governo Provisório conseguiu sua consolidação diante da instabilidade que o acompanhava desde seu início. Os efeitos da vitória na guerra se estenderam pelos anos em que Getúlio Vargas esteve no poder.

Bibliografia:

BEZERRA, Gregório. **Memórias – primeira parte: 1900 – 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunho do poder*. In. GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de Si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ESTADO DO CEARÁ. **Decretos do Governo Provisório (Administração do Exmo. Snr. Capm. Roberto Carneiro de Mendonça)**. Recife: Imprensa Oficial, 1933.

HILTON, Stanley. **A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

McCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.